Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.18, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/7y914g74

ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO SOBRE AS BARREIRAS ENFRENTADAS PELA JUVENTUDE NEGRA RURAL

ACCESS AND PERSISTENCE IN HIGHER EDUCATION: A STUDY OF THE BARRIERS FACED BY RURAL BLACK YOUTH

Pâmela Eduarda Souza Silva
Graduação em Bacharelado Interdisciplinar, UFSB, Brasil
E-mail: pamsouza673@gmail.com

Fernanda de Alencar Machado
Doutora em Educação, UFSB, Brasil
E-mail: fernanda.machado@ufsb.edu.br

Tamir Fernandes de Oliveira
Pós-doutor em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação, UFVJM, Brasil
E-mail: tamir.fernandes@ufvjm.edu.br

Recebido: 15/09/2025 – Aceito: 26/09/2025

Resumo

O acesso e a permanência no ensino superior representam desafios significativos para a juventude negra rural no Brasil, sendo impactados por barreiras históricas, estruturais e sociais. O objetivo deste artigo é expor os desafios enfrentados por estudantes negros, de baixa renda e moradores de zonas rurais em sua trajetória de acesso à educação superior, destacando os limites gerados por fatores históricos e estruturais. A questão de pesquisa que norteia o estudo é: quais são os principais desafios históricos, estruturais e sociais que a juventude negra rural enfrenta no acesso e na permanência no ensino superior no Brasil?. O argumento central é que os obstáculos enfrentados por essa população não são fatos isolados, mas o resultado de um racismo estrutural consolidado, intensificado pela negligência de políticas públicas voltadas às especificidades do campo. A metodologia baseia-se em uma abordagem qualitativa, com recurso à revisão bibliográfica. Os resultados indicam que a exclusão educacional possui, em sua base, desigualdades raciais manifestadas na ausência de estruturas dignas, como transporte, infraestrutura escolar e currículo contextualizado. A pesquisa bibliográfica revelou que dificuldades de mobilidade, longas distâncias, precariedade do transporte e infraestrutura escolar degradada são barreiras recorrentes. Conclui-se que, apesar dos avanços em políticas afirmativas, a maioria da juventude negra rural permanece em condições desfavoráveis, tornando necessária a criação e efetivação de políticas que atendam às suas demandas específicas para a democratização do acesso ao ensino superior.

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.18, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/7y914g74

Palavras-chave: Acesso à Educação; Juventude Negra Rural; Desigualdade Educacional; Racismo Estrutural; Políticas Públicas.

Abstract

Access and persistence in higher education represent significant challenges for rural Black youth in Brazil, impacted by historical, structural, and social barriers. This article's objective is to expose the challenges faced by Black, low-income students from rural areas in their journey to higher education, highlighting the limits generated by historical and structural factors. The guiding research question is: what are the main historical, structural, and social challenges that rural Black youth face in accessing and persisting in higher education in Brazil?. The central argument is that the obstacles faced by this population are not isolated facts but the result of consolidated structural racism, intensified by the neglect of public policies aimed at the specificities of the countryside. The methodology is based on a qualitative approach, using a bibliographic review. The results indicate that educational exclusion is based on racial inequalities manifested in the absence of adequate structures, such as transportation, school infrastructure, and a contextualized curriculum. The literature review revealed that mobility difficulties, long distances, precarious transportation, and degraded school infrastructure are recurrent barriers. It is concluded that, despite advances in affirmative action policies, the majority of rural Black youth remain in unfavorable conditions, making it necessary to create and implement policies that address their specific demands to democratize access to higher education.

Keywords: Access to Education; Rural Black Youth; Educational Inequality; Structural Racism; Public Policies.

1. Introdução

A Constituição Federal preconiza que é dever do Estado garantir a educação, visando o desenvolvimento do indivíduo, o preparo para a cidadania e a qualificação para o mercado de trabalho (Brasil, 1988). Entretanto, essa prerrogativa não é cumprida plenamente, sobretudo pela carência de investimentos públicos que afetam a qualidade do ensino, sendo a situação ainda mais complexa nos meios rurais (Mendes, 2023). O acesso ao ensino superior para jovens da zona rural possui inúmeros obstáculos (Wanderley; Castro, 2007 *apud* Melo *et al*., 2020), que se iniciam nas dificuldades para a conclusão do ensino médio, perpassando por problemas de mobilidade e transporte, visto que a ausência de escolas próximas às suas moradias impacta a qualidade de toda a sua formação (Menezes, 2014).

Segundo Redin (2017), estudantes rurais de baixa renda são geralmente oriundos de escolas públicas de baixa qualidade e, por isso, possuem poucas informações sobre o ensino superior, além de não terem condições de ingressar em cursos preparatórios. A estrutura consolidada na formação da sociedade brasileira parece afetar mais profundamente a juventude rural, tornando-se um sistema que reserva inseguranças a essa população e contribui para a evasão escolar (Mendes, 2023).

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.18, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/7y914g74

Diante do exposto, tem-se a seguinte **questão de pesquisa**: *Quais são os principais desafios históricos, estruturais e sociais que a juventude negra rural enfrenta no acesso e na permanência no ensino superior no Brasil*? A **justificativa** para este estudo parte das vivências da própria autora principal, negra e de baixa renda, que enfrentou diversos empecilhos para ingressar na universidade, tais como as longas distâncias até a escola, transportes desestruturados, a precariedade da infraestrutura das estradas e a necessidade do êxodo rural para permanecer nos estudos. Dessa forma, o presente trabalho se mostra importante para influenciar e contribuir para o debate de políticas públicas de acesso e permanência, transporte de qualidade, manutenção das estradas e escolas, além de outras demandas que promovam a igualdade educacional (Menezes, 2014).

O **objetivo geral** deste artigo é expor os desafios enfrentados por estudantes negros, de baixa renda e moradores rurais em sua trajetória de acesso ao ensino superior, destacando os limites gerados por fatores históricos e estruturais. Para tal, foram definidos os seguintes **objetivos específicos**: a) apresentar os fundamentos históricos da desigualdade racial; b) mostrar o processo histórico de acesso à educação pela juventude negra; e c) apontar as barreiras experienciadas pelos estudantes rurais e a necessidade de políticas que atendam suas demandas.

O **argumento** central defendido, então, é que *os obstáculos enfrentados pela juventude negra rural não são fatos isolados, mas o resultado direto de um racismo estrutural historicamente consolidado*. Este, por sua vez, manifesta-se de forma intensificada pela negligência de políticas públicas voltadas para as especificidades do campo, criando uma dupla barreira que dificulta não apenas o acesso, mas também a permanência desses estudantes no ensino superior. A análise baseia-se em uma abordagem qualitativa e revisão bibliográfica.

2. Revisão da Literatura

2. 1. Histórico de desigualdades

O racismo, juntamente com a deficiência em conhecer as condições de vida do campo, de acordo com Melo *et al.* (2020), contribui para o aprofundamento das desigualdades, e ainda Almeida (2019) aponta três concepções de racismo:

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.18, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/7y914g74

individualista, institucional e o racismo estrutural. A primeira acontece quando o preconceito e a discriminação partem da esfera meramente individual ou de grupos isolados. Temos também a concepção institucional, quando privilégios, poder e domínio são conferidos a membros de determinado grupo racial. E, por último, o racismo estrutural. Este ocorre em consequência da estrutura social e dos modos como as relações são constituídas no âmbito jurídico, político, econômico e familiar, sendo um legado decorrente do processo histórico. Para Diangelo (2023), "o racismo é um sistema".

Seguindo tal lógica, a história do Brasil é marcada por uma estrutura de desigualdade racial. Desde 1534, a preocupação política da Coroa Portuguesa era de colonizar as terras brasileiras, o que levou a criação das capitanias hereditárias, com o objetivo de conceder terras a um grupo da pequena nobreza para que pudessem explorar e colonizar o território. Esse processo excluiu os povos nativos, além de promover a mão de obra escrava para a produção (Fausto, 2006).

Mesmo com o fracasso das capitanias, as terras voltaram a pertencer a coroa e foi instituído o Governo – Geral, com o objetivo de administrar a colônia, para gêneros alimentícios e minérios ao comercio europeu. E para isso, explica Schwartz e Gomes (2018, p. 227), "todas as áreas do Brasil colonial fizeram uma transição da escravidão indígena para a africana", com o passar dos anos. Este fato culminou no tráfico de milhares de escravos africanos entrando pelos portos brasileiros.

A partir de 1810, com o Tratado de Navegação e Comércio, a Coroa Portuguesa começa a limitar o tráfico de escravos, apenas décadas depois, leis foram reiteradas estabelecendo medidas para a repressão do tráfico de africanos, efetivando-se aos poucos, depois de um longo processo (Fausto, 2006). Mas, mesmo que essa lei tenha gerado significativas mudanças, em contrapartida, ocorreu o desenvolvimento do tráfico interno, permanecendo a escravidão (Marquese, 2018).

Mesmo com a criação de uma monarquia constitucional em 1822, as leis eram destinadas aos poucos considerados cidadãos. Isso colocava os escravos à margem da sociedade, sendo tratados como objetos (Schwarcz, 2012). Além disso, a escravidão era amparada pela lei. Em 1824, a Constituição não trouxe grandes mudanças para estes indivíduos, embora previsse direitos como educação primária e poder de compra de terras para os cidadãos, excluindo os escravos (Neves, 2021).

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.18, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/7y914g74

No texto *Código penal escravista e Estado*, Mattos e Grinberg (2018, p. 171.) declaram:

> O paradoxo de os escravos serem, juridicamente, coisa e pessoa ao mesmo tempo persistiu durante toda a vigência da escravidão brasileira. De fato, segundo o direito colonial português, o escravo era considerado um bem semovente, definido em termos jurídicos como uma coisa, privado de direitos, impedido de possuir propriedade [...].

No mesmo período, a fim de determinar o poder de posse, a Constituição de 1850, conhecida como Lei de Terras, reafirmava o poder dos grandes produtores, impedindo a aquisição de terras a quem não detinha recursos, ou seja, os escravos (Westin, 2020). Como cita Mota (2019, p. 102), "A Lei de Terras garantia a estratificação racial e a supervalorização do europeu, em contrapartida os escravizados, ex- escravizados e as demais camadas subalternas foram excluídas dessa lei".

Diante desse cenário surgem diversos processos políticos de emancipação, gerados principalmente pela economia. Sampaio (2018, p. 220) argumenta: "Desde as últimas décadas dos 1700, com a crescente circulação do ideário iluminista, a fundação de movimentos, grupos e sociedades antiescravistas e abolicionistas foi fundamental para avanços sociais e políticos que resultaram nas abolições em países e/ou grupos de colônias".

Os processos políticos referentes a proibição da escravidão e tráfico de africanos, coibiram aos atos legislativos da abolição. Mas embora a história esteja escrita sob uma narrativa heroica, ocorreu um longo percurso de resistência escrava, um processo custoso para a emancipação de um povo. Ao contrário do imaginário implantado, a população negra protagonizou diferentes formas de resistência, como revoltas, fugas e a formação de comunidades quilombolas (Albuquerque, 2018).

> A agitação negra marcou a luta contra a escravidão na sociedade brasileira. A revolta escrava, individual ou coletiva, foi o primeiro e principal instrumento de instabilidade da ordem vigente. Rebeliões, crimes contra senhores, fugas e tantas outras formas de ação escrava vivenciadas no Brasil, até quando não explicitavam esse propósito, construíram os caminhos para a falência do mundo governado por proprietários de pessoas. Ao mesmo tempo, ao fazerem circular nas senzalas notícias sobre fugas, revoltas e ideias de liberdade, aqueles que estavam no cativeiro desestabilizavam a lógica escravista. (Albuquerque, 2018, p. 346)

A partir de 1860, movimentos abolicionistas se configuram com lideranças negras que agiram nas esferas políticas contribuindo para a disseminação de ideias

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.18, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/7y914g74

de liberdade, mesmo à custa de infringir a lei. Assim, diversas fugas, reuniões, resgates, revoluções foram arquitetados e realizados pelo povo ao longo dos anos, coagindo no decreto de abolição (Albuquerque, 2018).

Destarte, é possível perceber que a tragédia chamada escravidão vigente por mais de 300 anos na nação, enraíza a estrutura racista em nossa sociedade. Com a lei no dia 13 de maio de 1888 institui-se a abolição da escravatura, gerando festas e comemorações por parte dos ex-escravizados e abolicionistas. Por outro lado, institui-se a repressão organizada pelos poderosos a fim de controlar a população liberta (Fraga, 2018). Assim, a população de ex-escravizados foi marginalizada. (Carvalho, 1987). Por meio de campanhas, "os abolicionistas aprovaram sua demanda central, abolição sem indenização. Mas os escravistas garantiram que a lei viesse sem direitos para os libertos e sem a pequena propriedade [...]" (Alonso, 2018, p.384).

O Estado simplesmente não integra a população recém liberta à sociedade, conferindo apenas o status de liberdade. Dessa forma, enquanto alguns procuravam abrigos que mais tarde, no início da República, foram derrubados no processo de higienização, submetendo a criação de favelas como novas moradias (Carvalho, 1987), outros voltavam para as fazendas se subordinando aos antigos senhores pela subsistência (Fraga, 2018).

Assim o início da República, em 1889, não corresponde a sua promessa, quando deveria haver igualdade e fraternidade, uma vez que a desigualdade entre pobres e ricos predominava (Carvalho, 1987). A população negra era excluída e marginalizada, e o projeto que deveria garantir a cidadania não se materializa (Carvalho, 1987). Além disso, teorias eugenistas, para a exclusão dessa população é introduzida de uma forma singular: incentivando a política de imigração, para promover a miscigenação positiva levando a um futuro brasileiro cada vez mais branco (Schwarcz, 2012).

Nos anos 1930, essa população foi "aceita" com o objetivo de ocultar um passado agressivo. Surgiu, então, o mito da democracia racial, que tornou o mestiço símbolo da identidade nacional, apropriando-se de sua cultura, antes repudiada e criminalizada, agora embranquecida (Schwarcz, 2012).

Assim, a imagem do Brasil foi pintada de forma positiva, reconstruída de forma benigna e fraternal. Narrativas como a de Gilberto Freyre, em casa Grande Senzala

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.18, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/7y914g74

surgem, reconstruindo a história onde as relações senhor-escravo aparecem de forma paternais (Freyre, 2019). Porém, mais tarde, através do investimento do Projeto Unesco[1], tais narrativas e a ideia de não haver racismo e sim uma cooperação entre raças, foram desmascaradas demostrando que a discriminação racial persiste (Maio, 2000).

> Depois de 130 anos da extinção da escravidão, existem, porém, permanências fortes e teimosas na sociedade brasileira. O racismo continua estrutural no país, e continua inscrito no presente, de forma que não é possível apenas culpar a história ou o passado. A violência e a desigualdade têm na raça um fator a mais, com as pesquisas mais contemporâneas mostrando como negros morrem antes, estudam menos, têm menos acesso ao mercado de trabalho, contam com menos anos de educação, sofrem com mais atos de sexismo, possuem acesso mais restrito a sistemas de moradia e acompanhamento médico. (Gomes et al., 2024, p. 40)

O racismo se manifesta na contemporaneidade por meio de ações conscientes e inconscientes. Sequelas de um passado de desigualdades raciais, frutos de efeitos coloniais que permanecem. Dentre seus efeitos, amarras psicológicas de submissão e inferioridade, quando os negros têm seus valores pessoais e culturais esmagados e substituídos (Bastos, 2020). Visto que o racismo se faz presente na estrutura social e psíquica, Mota (2019, p. 62) esclarece:

> O termo trauma coletivo oriundo do racismo é uma forma para ilustrar e indicar essas experiências traumáticas desencadeadas pelos mecanismos de práticas racistas e de suas modernizações, que se aglomeram na psique coletiva de um grupo e de seus membros em individuais.

Neste sentido, para o autor, a história do Brasil carrega traumas históricos e coletivos, e estes permanecem nos mecanismos de complexos culturais e desigualdades provenientes do racismo.

2.2. Processo histórico para o acesso à educação

Durante um longo período da história do Brasil, a educação formal e o ensino superior foram reservados à elite branca.

> A população escrava era impedida de freqüentar a escola formal, que era restrita, por lei, aos cidadãos brasileiros – automaticamente esta legislação (art. 6, item 1 da Constituição de 1824) coibia o ingresso da população negra escrava, que era, em larga escala, africana de nascimento. (Silva & Araujo, 2005, p. 68)

[1] Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco).

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.18, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/7y914g74

Os autores acrescentam que, em 1854, o Decreto 1.331A, sancionava a obrigatoriedade da educação primária para crianças maiores de sete anos, garantindo gratuidade para a Corte. Porém, excluía a população negra escravizada, que se mostrou resistente, criando sociedades secretas (Silva & Araujo, 2005). Cruz (2005) explica que, buscando apropriar-se do saber formal, as populações negras libertas criavam suas próprias escolas, onde recebiam instrução de pessoas escolarizadas ou buscavam em outros espaços a possibilidade de aprender – embora haja poucos registros sobre o assunto.

Ainda de acordo com Cruz (2005), o pós-abolição da escravatura, em 1888, não veio acompanhado de reparações, mas sim de uma contínua invisibilidade. Esse processo gerou a substituição da mão de obra escrava pela imigração europeia, estes integrados à sociedade de classes, enquanto os negros foram deixados à margem de qualquer processo econômico, social e político (Silva & Araujo, 2005).

> Na (re)leitura das reformas educacionais dos séculos XIX e XX, deduz-se que a população negra teve presença sistematicamente negada na escola: a universalização ao acesso e a gratuidade escolar legitimaram uma "aparente" democratização, porém, na realidade, negaram condições objetivas e materiais que facultassem aos negros recém-egressos do cativeiro e seus descendentes um projeto educacional, seja este universal ou específico. (Silva & Araujo, 2005, p. 71)

As classes dominantes mantiveram vantagens imensuráveis em comparação às populações negras, que não possuíam subsídios para custear a educação básica, fundamental ou superior, mesmo com o regime republicano pregando a educação como agente de liberdade (Silva & Araujo, 2005).

Apesar da expansão da rede escolar, os obstáculos históricos e estruturais para a inclusão da população negra permaneceram. As primeiras oportunidades surgiram com o desenvolvimento industrial, que impulsionou o ensino popular e profissionalizante, admitindo uma pequena parcela da população negra. Isso possibilitou, mais tarde, a criação de movimentos negros, como a Frente Negra Brasileira (FNB), fundamental na luta por educação e igualdade racial (Silva & Araujo, 2005).

> Esses movimentos negros, que obtiveram forte repercussão na década de 20, reivindicavam a igualdade de direitos e uma educação ampla que propiciasse aos negros recém-egressos do cativeiro e seus descendentes a participação nos eventos culturais, sociais, políticos e econômicos em curso. Assim, as manifestações de conscientização, de protesto, união e

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.18, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/7y914g74

> integração social estavam permeadas de discursos em prol da valorização do negro – respeito, prestígio e honorabilidade – e da ascensão social através da educação. (Silva & Araujo, 2005, p. 73)

Produzida no início do século XX pela vanguarda do movimento negro, a imprensa negra trouxe os primeiros artigos que incentivavam a aproximação da população negra à educação formal, denunciando o estado lamentável do analfabetismo (Barros, 2005). Outro pilar foi a criação do Teatro Experimental do Negro (TEN), em 1944, por Abdias Nascimento, que reunia negros para produção teatral e os alfabetizava, sendo fundamental na luta contra o racismo (Romão, 2005).

> A um só tempo o TEN alfabetizava seus primeiros participantes, recrutados entre operários, empregados domésticos, favelados sem profissão definida, modestos funcionários públicos – e oferecia-lhes uma nova atitude, um critério próprio que os habilitava também a ver, enxergar o espaço que ocupava o grupo afro-brasileiro no contexto nacional. Inauguramos a fase prática, oposta ao sentido acadêmico e descritivo dos referidos e equivocados estudos. Não interessava ao TEN aumentar o número de monografias e outros escritos, nem deduzir teorias, mas a transformação qualitativa da interação social entre brancos e negros. (Nascimento, 2004, p. 211)

Romão (2005) explica que a educação promovida pelo Teatro Experimental do Negro teve impacto para além da escolarização, contribuindo para a liberdade política e a inserção da população negra no mercado de trabalho, desconstruindo a consciência de inferioridade. Mais tarde, organizações políticas e culturais negras se reuniram para fundar o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (1978), impulsionando a luta contra o racismo. (Guimarães, 2003).

2.3. Trajetórias de resistência até a educação superior

As resistências da população negra foram protagonizadas por diversos grupos, levando a trajetórias de superação da discriminação e à busca por direitos, que, em 1988 — após 100 anos da abolição — garantem a lei em que o preconceito de cor ou raça é considerado crime imprescritível e inafiançável, e a educação, um direito de todos. (Guimarães, 2003).

Poucos anos depois, grupos marginalizados e de classes populares vão à luta pelo acesso à escolarização e aos cursos pré-vestibulares, que surgem ainda durante a ditadura militar. Segundo Guimarães (2003, p.6):

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.18, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/7y914g74

> Quem empunhou a nova bandeira de luta por acesso às universidades públicas foram os jovens que se definiam como “negros” e se pretendiam porta-vozes da massa pobre, preta e mestiça, de descendentes dos escravos africanos, trazidos para o país durante mais de trezentos anos de escravidão

De acordo com Nascimento (2005), apenas na década de 1990 a demanda por ensino superior se populariza; diversos cursos voltados às camadas sociais mais baixas são criados, incluindo cursos direcionados à população negra carente, buscando inclusão social e o aumento no número de estudantes negros nas universidades públicas. Surge assim o Movimento de Cursos Pré-Vestibulares para Negros e Carentes (PVNC), na Baixada Fluminense, com a Igreja Católica realizando papel importante no debate. Mais tarde, isso resultou na concessão de bolsas destinadas a participantes do movimento negro pela PUC-SP, em 1992. Com o sucesso do projeto, outros núcleos se organizaram e conquistaram ainda mais benefícios, como isenção de taxas de inscrição e oportunidades educacionais.

Assim, ainda de acordo com o autor, os cursos pré-vestibulares para negros se apresentaram como forma de denunciar, questionar, afirmar e mitigar a desigualdade histórica presente na sociedade, bem como a disparidade no acesso entre a proporção de negros e brancos que ingressam nas universidades.

Mais tarde, a agenda governamental passa a incorporar as demandas de grupos em desvantagem social. Durante o primeiro mandato do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), houve o reconhecimento da existência das desigualdades raciais. O governo, por meio do Programa Nacional de Direitos Humanos, reconhece o racismo presente na estrutura social (Rezende, 2005).

> A razão para tal abertura deveu-se não apenas à sensibilidade sociológica do presidente, ou à relativa força social do movimento, mas também à difícil posição em que a doutrina da “democracia racial” encurralava a chancelaria brasileira em fóruns internacionais, cada vez mais freqüentados por ONGs negras. O país, que se vangloriava de não ter uma questão racial, era reiteradamente lembrado das suas “desigualdades raciais”, facilmente demonstráveis pelas estatísticas oficiais, sem poder apresentar, em sua defesa, um histórico de políticas de combate a essas desigualdades (Guimarães, 2003, p. 6).

Assim, o problema passa a ser tratado de forma mais direta; as desigualdades raciais passam a ser estudadas, justificando a implantação de políticas públicas para a inclusão da população negra, com base em dados do Instituto de Pesquisa

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.18, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/7y914g74

Econômica Aplicada (IPEA). Esses dados trazem evidências da desigualdade entre brancos e negros, com histórico de desvantagens nos diversos âmbitos sociais e econômicos (Rezende, 2005).

> As políticas afirmativas para ingresso no ensino superior e no serviço público brasileiro constituem um avanço para as pessoas negras, que ficaram às margens do desenvolvimento do país, no período pós-escravidão, por falta de um plano contingencial de absorção da mão de obra escrava e capacitação dessas pessoas pelo Estado. Essas políticas foram resultadas das ações do Movimento Negro Brasileiro, após várias pressões para a pauta entrar na agenda política, de forma que o Estado fosse obrigado a agir para mitigar os prejuízos causados à população negra. (Carolino et al., 2023, p. 2)

Dessa forma, as políticas públicas no campo da educação são criadas como tentativas de reparação. Em 1999, é criado o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), a fim de atender as populações de baixa renda, sendo uma ferramenta importante de inclusão. O Programa Universidade para Todos (Prouni), no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003–2006), é uma das ações afirmativas que visam conceder bolsas de estudo de 50% a 100%, em instituições privadas para jovens de baixa renda e professoras da rede pública (Rezende, 2005).

O autor ainda explica que outras políticas de acesso ao ensino superior, como reservas de vagas para estudantes de escolas públicas, negros, deficientes e indígenas, são adotadas — apesar de causarem controvérsias —, permitindo a integração de minorias nas universidades. Carolino destaca que a Lei nº 12.711 (2012), popularmente conhecida como Lei de Cotas, estabelece a reserva de 50% das vagas em instituições federais de ensino, distribuídas em quatro categorias sociais, assegurando o acesso a esses grupos.

O Sisu — Sistema de Seleção Unificada —, principal programa para ingresso nas universidades públicas, criado em 2010, aplica a Lei de Cotas, possibilitando vagas para grupos historicamente excluídos. Assim, as políticas de cotas e os programas de permanência possibilitam o enfrentamento das injustiças raciais e a democratização do acesso, permitindo o aumento significativo da juventude negra nas universidades. Contudo, essas medidas ainda exigem ampliação para atender à demanda da população excluída, bem como diminuir a distância significativa entre negros e brancos (Carolino, 2023).

2.4. Desigualdades na educação rural

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.18, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/7y914g74

Nos capítulos anteriores, discutimos a estrutura histórica excludente do processo de acesso à educação. Neste capítulo exploraremos a zona rural de forma mais ampla, considerando características geográficas, históricas e sociais, para compreender como essas questões contribuem para as desigualdades educacionais que afetam os estudantes negros nesse contexto.

Antes da abolição, os quilombos já haviam sido formados, simbolizando a resistência tanto no meio rural quanto urbano. No pós-abolição, o movimento dos libertos e descendentes de quilombolas aumentou o campesinato e fomentou a criação de novas comunidades. A comunidade negra rural passou a ser conhecida como "campesinato itinerante", uma organização baseada em laços ancestrais e de parentesco, com o uso comum de um território, o que os mantinham subordinados a condições precárias (Gomes et al., 2024).

Atualmente, os negros moradores urbanos, continuam em grande parte em locais e trabalhos de menos prestígio social. Nas lavouras rurais, maioria dos trabalhadores é negra, porém, as terras não lhes pertencem (Catucci et al., 2022).

Com frequência, entende-se que a zona rural é apenas um espaço fora dos limites urbanos; porém, não se pode caracterizar toda área distante da zona urbana como “rural”. Portanto, é importante observar dimensões além da geográfica, como históricas, econômicas e sociais (Cella et al., 2019). O meio rural pode ser caracterizado como uma área geográfica composta principalmente por terras destinadas à atividade agropecuária. A população, geralmente menos densa que no meio urbano, vive em pequenas comunidades, como aldeias, fazendas e vilas (Fanho & Ouro- Salim, 2023).

> Nas zonas rurais tradicionais, a terra foi ocupada, arada, moldada, distribuída, etc., a fim de poder dar resposta adequada a uma vasta gama de necessidades humanas, o que ultrapassa em muito o simples domínio económico. A terra, com as suas características especificamente multi-culturais, com os seus edifícios e a sua fauna funcionais, existe aqui para fornecer a base existencial da família que nela reside: é parte integrante da imagem que a família tem de si própria, da sua identidade histórica e social, e é também uma fonte de bem-estar material (ou até de empobrecimento, como é o caso frequentemente) e uma "apólice de seguro contra a fome e a miséria. (Melo, 1991, p.150)

As atividades primárias, como agricultura e pecuária, são comuns nas zonas rurais, onde a relação com a natureza é mais intensa, sendo, muitas vezes, fonte de

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.18, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/7y914g74

sobrevivência (Cella et. al, 2019). A terra, além de ser a principal fonte de renda, também é um elemento fundamental na construção da identidade familiar e cultural (Bicalho, 2021).

Um exemplo disso são as comunidades quilombolas, que, apesar de enfrentarem muitos entraves, conseguiram, após a reforma agrária o reconhecimento do direito à posse de suas terras. Contudo, as comunidades rurais não se restringem a essa população, mas incluem também outros povos e comunidades tradicionais que contribuem diretamente na economia do país por meio da agricultura familiar (Catucci, 2022).

Apesar desse cenário de resistência e produção, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que a distribuição das áreas dos estabelecimentos agropecuários ainda se concentra majoritariamente nas mãos de produtores brancos. Em contrapartida, a posse de terras entre pretos e pardos é minoritária, refletindo a desigualdade e demonstrando as consequências da estrutura fundiária e racista do Brasil (Guimarães, 2020).

Neste contexto, muitas famílias vivem em territórios dos quais tendem a morar temporariamente nas fazendas dos seus patrões, em sítios, assentamentos, ou em suas pequenas propriedades. Dado a ampla distribuição territorial, o acesso a escola torna-se desafiador para estudantes em situação de pobreza, como apontam as pesquisas feitas pelo IBGE, que mostram que jovens de famílias mais pobres têm taxa de abandono oito vezes maior (Saraiva, 2019).

Os desafios enfrentados são multifatoriais. A distância entre casa e escola, agravada pelas condições precárias das estradas e transporte escolar, representa um obstáculo recorrente para dar continuidade aos estudos. Pesquisa divulgada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anisio Teixeira (INEP), demonstra que esses fatores tornam difícil essa conciliação. A situação se agrava ainda mais pela falta de infraestrutura, como bibliotecas e laboratórios de informática (Brasil, 2010). Mendes (2023) apresenta uma relação de elementos que corroboram com essas perspectivas, como o difícil acesso às escolas, que interfere na frequência tanto dos alunos quanto de professores, uma vez que muitas unidades estão localizadas em áreas remotas. Soma-se a isso a precariedade da infraestrutura escolar, com salas pequenas, mal equipadas e, em muitos casos, sem acesso à

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.18, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/7y914g74

energia elétrica. Além disso, o currículo descontextualizado em relação à realidade do campo compromete o processo de aprendizagem dos estudantes.

Peluzio (2021) destaca que a falta nas comunidades rurais e o trabalho pesado e mal remunerado, contribuem para o êxodo rural. Melo (2020) também aponta que, além da busca por melhores condições de trabalho, os jovens migram para as cidades em busca de melhores oportunidades educacionais. À medida que o nível escolar aumenta, a evasão nas comunidades rurais também. Para Peluzio (2021) isso se deve ao fato de não terem suas necessidades supridas ali, estimulando a mudança para as cidades.

Assim, de acordo com o autor, muitos jovens acreditam que a mudança trará uma melhor condição financeira, o que permitirá que contribuam com seus familiares. Além disso, ao concluírem os estudos, anseiam trazer orgulho para suas comunidades.

> Os jovens e as jovens estão se opondo a certas condições vividas por seus pais, principalmente aquelas ligadas às estratégias de superação por meio do trabalho precarizado. Os sujeitos pesquisados vislumbram na educação formal um meio de concretizar o sonho de melhores condições de vida (saúde, educação, transporte, saneamento básico, entre outros). (Melo, 2019, p. 18)

É possível perceber que o conhecimento se dissemina por esferas econômicas, sociais, culturais, cognitivas e territoriais, o que leva os estudantes rurais a usarem seus próprios meios para suprir as lacunas educacionais em suas comunidades (Melo, 2020). Muitos que vivem no campo começam a trabalhar cedo. As condições de trabalho são precárias, os serviços são penosos e os direitos trabalhistas desconhecidos. Assim, o cansaço no final do dia desmotiva o estudante a continuar. Além, das barreiras já citadas que geram transtornos não só para os alunos, como para a chegada dos professores em sala de aula (Bicalho, 2021), evidenciando as falhas do Estado em prover uma educação de qualidade para essa população.

Apesar dos avanços na educação brasileira, ainda existe um leque de desigualdades, principalmente no meio rural, historicamente desassistido (Barcellos, 2017). A promoção a uma educação de qualidade continua sendo um desafio e grande parte das ações se mostram ineficientes (Melo, 2020). Bicalho (2021, p. 42) também sinaliza que “no campo educacional, evidenciamos ao longo da história

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.18, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/7y914g74

como as políticas públicas foram negadas aos sujeitos que vivem no campo, reproduzindo preconceitos e estereótipos, tais como: sujeitos atrasados, sem história, sem cultura e memória “.

Segundo Tavares (2009, *apud* Melo *et al*., 2020), a deficiência de políticas públicas gera empecilhos para a conclusão dos projetos desses jovens. Para Melo *et al.* (2020) o ingresso e a permanência na escola são limitados devido à falta de programas que considerem as características particulares desse meio social. O autor acrescenta, com base nos dados de sua pesquisa, que parte de seus entrevistados que ingressaram no ensino superior pausaram os estudos por motivos de emergência financeira e dificuldade no transporte. Peluzio (2021), evidencia que os estudantes rurais pouco têm sido contemplados no que se refere aos programas educacionais do governo no que se refere às condições de mobilidade e transporte, resultando em defasagens educacionais.

Mendes (2023) defende a necessidade de criação de políticas públicas que considerem a conjuntura do campo, visando oportunizar infraestruturas adequadas, englobando instalações eficientes, como acesso contínuo á água potável e à eletricidade, além da facilitação do acesso à escola por meio de transportes que superem os obstáculos geográficos

Portanto, entende-se que todas essas circunstâncias têm raízes na desigualdade histórica que se mantem. A falta de acesso à terra, as condições de vida precária, a infraestrutura escolar inadequada, a dificuldade de acesso às instituições de ensino superior e a evasão escolar refletem esse sistema excludente.

3. Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo analisar os desafios enfrentados pela juventude negra residente de áreas rurais em sua trajetória de acesso ao ensino superior, considerando fatores históricos e sociais. Foi possível perceber que a exclusão educacional tem, em sua base, desigualdades raciais, que ainda se manifestam em ausências de estruturas dignas para a efetivação do acesso e da qualidade no ensino público.

A pesquisa indicou, por meio da revisão bibliográfica, que a negligência histórica em relação às populações negras resulta nas barreiras vivenciadas na

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/7y914g74

atualidade: jovens negros moradores rurais passam por dificuldades de mobilidade, longas distâncias até a escola, transporte escolar precário, além da infraestrutura escolar degradadas, muitas vezes sem acesso a água, energia, laboratórios ou bibliotecas. Ademais, sofrem com a ausência de um currículo contextualizado para a realidade rural, como a falta de cursinhos que preparem para vestibulares ou Enem.

Soma-se a esses entraves, as condições econômicas baixas que não favorecem o processo de aprendizado. Para muitos indivíduos escapa a oportunidade de estudar por uma necessidade maior: sobrevivência. Ajudar a família financeiramente torna-se prioridade. E mesmo conseguindo se inserir na universidade, as dificuldades financeiras são persistentes prejudicando a permanência desses indivíduos. Além de vivenciarem bloqueios psicológicos que afetam sua subjetividade.

Apesar dos avanços nas políticas públicas como Prouni, o Sisu e a Lei de Cotas, a maioria da juventude negra permanece em condições desfavoráveis. Assim, o Brasil apresenta retrocessos, negando ao sujeito do campo uma vida mais digna e eliminando direitos essenciais aos campesinatos negros que são uma grande parte das comunidades rurais. Portanto, a criação e efetivação de políticas que reconheçam e atendam suas especificidades se tornam cada vez mais necessárias.

Este trabalho contribui para o debate da ampliação de políticas referente ao transporte escolar, reforma das escolas no campo, garantindo recursos para um funcionamento adequado, oferta de cursinhos populares nas áreas rurais, bem como políticas de permanência universitária.

Como limitação, observa-se que o tema, com recorte fundiário e racial, ainda é pouco explorado. Embora a metodologia de pesquisa bibliográfica, a princípio, seja essencial e tenha possibilitado importantes reflexões, ela ainda não permite captar profundamente a problemática vivida pelos sujeitos. Por isso, recomenda-se que pesquisas futuras adotem abordagens de campo, por meio de entrevistas, para tornar possível a percepção das experiencias da juventude negra rural de forma mais aprofundada.

Referências

ALBUQUERQUE, Wlamyra. Movimentos Sociais Abolucionistas In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz e GOMES, Flávio (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: *Companhia das Letras*, 2018, p. 346.

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/7y914g74

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALONSO, Angela. GRINBERG, Keila. Processos Políticos da Abolição. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz e GOMES, Flávio (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 1

BASTOS, Jairo**. Frantz Fanon**: As Máscaras do Ressentido.2020. Disponível em: https://www.cep.pr.gov.br/sites/cep/arquivos_restritos/files/documento/2020-01/fanon-mascaras_do_ressentido.pdf. Acesso em: 29 de abri, 2024.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **As políticas públicas para a juventude rural**: o PRONAF jovem em debate. Planejamento e políticas públicas. N.48 jan./jun. 2017.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. Discutindo a escolarização da população negra em São Paulo entre o final do século XIX e início do século XX. In.: ROMÃO, Jeruse (org). **História da Educação do Negro e outras histórias**. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

BICALHO, Ramofly et al. **Em defesa da educação do campo**: enfrentando o desmonte das políticas públicas. Periferia, v. 13, n. 1, p. 39-59, jan./abr. 2021

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anisio Teixeira (INEP)**. 2010. *Estudo mostra realidade da educação no campo*. Disponível em: https: //www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/outros/estudo-mostra-realidade-da-educacao-no-campo. Acesso em: 8 nov. 2024.

CAROLINO, Amanda Ribeiro et al. **Políticas afirmativas: acesso ao ensino superior por estudantes negros no Brasil**. *Revista Ciências Administrativas*, v. 29, 2023. Disponível em: https://ojs.unifor.br/rca/article/view/13692/7247. Acesso em: 16 maio 2025.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 1987.

CATUCCI, Anaísa. SOUZA, Vivian. **Racismo fundiário:** negros são maioria no campo, mas têm menos terras do que brancos. G1, 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2022/11/20/racismo-fundiario-negros-sao-maioria-no-campo-mas-tem-menos-terras-do-que-brancos.ghtml. Acesso em: 02 de abril 2024.

CELLA, Daltro et al. A definição do espaço rural como local para o desenvolvimento territorial. **Revista Retratos de Assentamentos**, v. 22, n.1, 2019.

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/7y914g74

CRUZ, Mariléia dos Santos. Parte I História da educação, escola e legislação educacional. In.: ROMÃO, Jeruse (org). **História da Educação do Negro e outras histórias**. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

DIANGELO, Robin. **Não basta não ser racista: sejamos antirracistas**. *Faro Editorial*, 2023.

FANHO, Ayawovi Djidjogbe; OURO-SALIM, Omar**. A cooperativa no meio rural: uma revisão de literatura**. In: Simpósio de Engenharia de Produção. Catalão: Universidade Federal de Catalão, 2023.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12 ed.1 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FRAGA, Walter. GRINBERG, Keila. Pós- abolição; o dia seguinte. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz e GOMES, Flávio (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 171.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3 ed. São Paulo: *Atlas*, 1991.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: *Atlas*, 2002.

GOMES, Eduardo Da Silva; DE SOUSA FILHO, Hudson Nascimento; DE FREITAS, Hugo Luiz Cordovil. PRÁTICAS CORPORAIS, IDENTIDADE CULTURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA: O PROTAGONISMO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS. **Nova Revista Amazônica**, v. 12, n. 3, p. 8-26, 2024.

GUIMARÃES, Carlos Alberto. **Atlas do espaço rural retrata diversidade e desigualdade do campo brasileiro**. Agência IBGE Notícias, 2020. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29724-atlas-do-espaco-rural-retrata-diversidade-e-desigualdade-do-campo-brasileiro

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Acesso de negros às universidades públicas**. *Cadernos de Pesquisa*, n. 118, p. 247–268, mar. 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cp/a/f7yMvXF9VLGKPKdXSHcRBqy/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 16 maio 2025.

MAIO, Marcos Chor. **O projeto UNESCO e o credo racial brasileiro**. *Revista USP*, São Paulo, n. 46, p. 115-128, junho/agosto 2000.

MARQUESE, Rafael de Bivar. Economia Escravista Mundial. *In.*: SCHWARCZ, Lilia Moritz e GOMES, Flávio (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: *Companhia das Letras*, 2018, p.213.

MATTOS, Hebe. GRINBERG, Keila. Código Penal Escravista e Estado. *In.*: SCHWARCZ, Lilia Moritz e GOMES, Flávio (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: *Companhia das Letras*, 2018, p. 171.

MELO, Alberto**. Educação e Formação para o Desenvolvimento Rural**. Fórum, n. 9/10. 1991, p.149-160.

MELO, Samuel Pires et al. **Juventude Rural e Ensino Superior Público**: Trajetórias de Estudantes de um Campus Universitário Público do Nordeste do Brasil. *Revista Internacional de Educação Superior*. Campinas, SP. v.6, 1-21. 2020. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8654480/21462. Acesso em: 01 ago. 2024.

MENEZES, Marilda Aparecida de et al. **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Brasília. Presidência da República, 2014.

MENDES, Fabiana et al. **Educação no campo**: desafios e perspectivas. Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem, v. 7, 2023.

MOTA, Bruno Correia da. **Na teia do racismo:** trauma coletivo e complexo cultural... marcas do Brasil negro! 2019.188f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituição de Educação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2019.

NASCIMENTO, Abdias do. **Teatro Experimental do Negro: trajetória e reflexões**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 211, abr. 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/B8K74xgQY56px6p5YQQP5Ff/. Acesso em: 16 de maio 2025.

NASCIMENTO, Alexandre do. Negritude e cidadania: o movimento dos cursos pré-vestibulares populares.In.: ROMÃO, Jeruse (org). **História da Educação do Negro e outras histórias**. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. **Educar é civilizar**: a pedagogia dos periódicos e dos panfletos políticos da independência do Brasil (1821-1824). Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro/RJ, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2236-3459/106175.

PELUZIO, Erica Arruda. **O jovem rural e suas representações sociais sobre o ingresso no ensino superior**: um estudo com universitários da UFV- MG. 2021. 132p. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Viçosa. Disponível em: https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/28781/1/texto%20completo.pdf. Acesso em: 01 ago. 2024.

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/7y914g74

REDIN, E. **Políticas educacionais e juventude rural no ensino superior**. Santa Maria. Educ. rev. 63, Jan./Mar. 2017.

REZENDE, Maria Alice. A política de cotas para negros na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. In.: ROMÃO, Jeruse (org). **História da Educação do Negro e outras histórias**. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

RICOLDI, Amélia; MARTINEZ, Arlene. **Acesso de negros no ensino superior: o que mudou entre 2000 e 2010**. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 45, n. 158, p. 858–881, out./dez. 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1590/198053143273. Acesso em: 16 maio 2025.

ROMÃO, Jeruse. **História da Educação do Negro e outras histórias**. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SALLES, Ricardo. Café e escravidão. *In.*: SCHWARCZ, Lilia Moritz e GOMES, Flávio (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: *Companhia das Letras*, 2018, p.126.

SAMPAIO, M. C. S. C. **Emancipação nas Américas**. *In*: Schwarcz, Lília Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. (Org.). Dicionário da Escravidão e Liberdade. 1ed.São Paulo: Companhia das Letras, 2018, v. 1, p. 2010-2015.

SARAIVA, Adriana. **Abandono escolar é oito vezes maior entre jovens de famílias mais pobres**. Local: Estatísticas Sociais, 2019. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25883-abandono-escolar-e-oito-vezes-maior-entre-jovens-de-familias-mais-pobres#:~:text=Com%20um%20percentual%20de%207,brancos%20(6%2C1%25). Acesso em: 19 ago. 2024.

SCHWARCZ, Lilia Moritz e GOMES, Flávio (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: *Companhia das Letras*, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**: Cor e raça na sociabilidade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SCHWARCZ, Stuart B. Escravidão indígena e o início da escravidão africana. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz e GOMES, Flávio (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: *Companhia das Letras*, 2018, p.227.

SILVA, Geraldo da; ARAÚJO, Márcia. Da interdição escolar às ações educacionais de sucesso: escolas dos movimentos negros e escolas profissionais, técnicas e tecnológicas .In.: ROMÃO, Jeruse (org). **História da Educação do Negro e outras histórias**. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005 p.68-73.

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.18, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/7y914g74

WESTIN, Ricardo. Há 170 anos, Lei de Terras oficializou opção do Brasil pelos latifúndios. **Portal Senado Notícias**. Brasília DF. 2020. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-170-anos-lei-de-terras-desprezou-camponeses-e-oficializou-apoio-do-brasil-aos-latifundios.